



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC – Departamento Regional Minas Gerais

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO SESC EM MINAS Nº 000043-25

CADASTRO COMPRAS GOVERNAMENTAIS 90043/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia para manutenção corretiva e preventiva no sistema de pintura nas áreas externas da unidade Sesc Floresta

A empresa **WVS PARTICIPAÇÕES, CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, CNPJ 54.273.639/0001-70, localizada na Av. Leão XIII, 125 – Alto dos Poções – Januária/MG – CEP 39480-000, na pessoa do seu representante WASHINGTON VASCONCELOS SANTANA, CPF nº 506.546.405-72, residente e domiciliado em Januária-MG, vem à presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/21 e no item 13 do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2022, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. DOS FATOS

O Serviço Social do Comércio (SESC), Departamento de Minas Geras/MG iniciou o Processo Administrativo nº 004001-08125 na modalidade de Pregão Eletrônico registrado sob o nº 000043-25, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia para manutenção corretiva e preventiva no sistema de pintura nas áreas externas da unidade Sesc Floresta.

O objetivo da presente impugnação é a retificação do Edital para supressão de exigências ilegais não contempladas na nova Lei de Licitações - Lei nº 14.133/21, uma vez que tais exigências impede a participação de mais empresas de



pequeno porte, viola os princípios da igualdade e da concorrência, prejudicando a obtenção de preços mais vantajosos à Administração.

As exigências contidas nos itens 1.14, 1.15 e 1.16 do Termo de Referência são inadmissíveis e ilegais, pois interfere diretamente no tipo de contratação que a empresa deve realizar para realização do serviço a ser contratado. Tais exigências engessam a administração e são descabidas, visto que a empresa tem e deve contratar profissionais que atendam as suas necessidades para melhor realizar o serviço contratado.

Ainda, considerando as novas formas de contratação e a escassez de trabalhadores na construção civil, muitos destes trabalhadores optam por não realizar contrato de carteira assinada, seja por causa da curta duração de determinados serviços/obras, seja pela flexibilidade ao realizar contratos de prestação de serviço ou até por não ter interesse na assinatura de sua CTPS, optando por ser MEI.

Os profissionais que possuem tempo de serviço na CTPS geralmente estão empregados em grandes empresas do ramo da construção civil e encontrar no mercado de trabalho profissionais com as exigências contidas no edital é quase impossível.

Ademais, o objeto da licitação se reveste na contratação de empresas para realização de serviço COMUM, com curta duração e sem nenhuma grande dificuldade ou maiores exigências técnicas.

Tais exigências geram contradição com o item 6.1.22. A exigência deste item não interfere na administração da empresa, dando flexibilidade de contratação e ao mesmo tempo sendo uma exigência de fácil e ampla concorrência.

Ainda, o item 6.1.15 traz uma obrigação acessória de difícil atendimento. Os trabalhadores que realizam serviços temporários são, em sua maioria, profissionais que realizam um excelente trabalho. Porém, dificilmente ou quase nunca são profissionais que fizeram cursos de qualificação ou treinamentos. Isso porque são serviços simples e de fácil realização. Portanto, exigir tais documentações fiquem do escopo da lei 14.133/21 que visa simplificar os processos licitatórios e proporcionar uma ampla concorrência.



O item 9.1 apresenta uma série de documentos e certificados que são exigidos para trabalhadores com vínculo de trabalho na CLT. Diferentemente dos trabalhadores que devem realizar o serviço objeto da licitação, geralmente contrato temporário de serviço ou prestação de serviço por MEI.

As exigências elencadas apontadas na presente impugnação, salvo melhor juízo, devem ser objeto de contratação de empresa para realização de serviço duradouro e contínuo com o órgão, diferentemente de um serviço com curta duração e temporário.

Desta forma, tais exigências vão de encontro a Lei 14.133/21 e cerceando a participação de muitas empresas ao processo licitatório.

2. DA ADMISSIBILIDADE

Lei nº 14.133/21, ao tratar das impugnações, dispõe que:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

Assim sendo, as empresas impugnantes são parte legítima para apresentar a presente Impugnação, e o fazem tempestivamente, devendo esta ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja processada e julgada, produzindo seus efeitos para o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 000043-25.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

O art. 37, inc. XXI da Constituição Federal determina que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigação de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

O dispositivo supracitado positiva, em sede constitucional, o princípio da igualdade ou isonomia no âmbito dos procedimentos licitatórios.

O princípio é decorrência direta do direito fundamental à igualdade elencado no artigo 5º da Constituição da República e estabelece que, em igualdade de condições jurídicas, a União, os Estado e os Municípios devem dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.

Mais especificamente no âmbito das licitações, o princípio da igualdade visa assegurar que todos os administrados possam se candidatar, em igualdade de condições, para o fornecimento de seus serviços, sem o estabelecimento por parte da Administração de qualquer preferência ou privilégio a um ou a outro.

Sobre a matéria leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro que: “O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa,



não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar”.

No presente caso, ao realizar exigências fora do escopo da Lei 14.133/21, o órgão está inviabilizando que empresas de menor porte se habilitem na licitação, pois somente estariam aptas a participar do pregão as empresas que detenham funcionários em caráter permanente nos seus quadros ou que possam recrutar profissionais em um tempo exíguo para atender as exigências, frustando a competitividade.

Insta frisar que ao fazer tais exigências, o SESC não prejudica apenas as pequenas empresas que possuem interesse em participar do certame, mas acarreta prejuízo à Administração, pois reduz a competitividade e perde no preço, que é o objetivo primordial das compras públicas.

Ademais não há que se falar em discricionariedade do ato administrativo, visto que, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, "a discricionariedade é liberdade dentro da lei, nos limites da norma legal" (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 2012, p. 432).

No caso, não há como utilizar estes argumentos para justificar os expedientes lançados no edital, pois as balizas legais não foram respeitadas.

Cabe observar, por fim, que a Lei nº 14.133/21 elenca como princípios aplicáveis às licitações a economicidade, a competitividade e o desenvolvimento nacional sustentável, os quais estão sendo preteridos no presente caso. A legislação consagra ainda o apoio às micro e pequenas empresas, que certamente estão sendo as mais prejudicadas neste certame.

Somente na presente impugnação é possível perceber que existem, no mínimo, cinco empresas interessadas em participar do certame, mas que não poderão fazê-lo em razão de uma condição restritiva que não é imposta pela lei e tampouco recomendada pelos órgãos de controle superiores.



Desta forma, requer seja acolhido o pedido de impugnação, retificando-se o Edital do Pregão Eletrônico nº 000043-25 para que sejam excluídas as exigências fora do escopo da Lei 14.133/21 apontadas na presente Impugnação, eis que da forma como se apresenta configura ato irregular, por restringir a competitividade do certame, prejudicando não só a obtenção dos preços mais vantajosos para a Administração, mas também a redução de despesas do órgão.

4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer o conhecimento desta Impugnação, julgando-a totalmente procedente para retificar o Edital de Pregão Eletrônico nº 000043-25 (Processo Administrativo nº 004001-08125) a fim de que sejam excluídas as exigências fora do escopo da Lei 14.133/21 apontadas na presente Impugnação (itens 1.14, 1.15, 1.16 e 9.1 do Termo de Referência), conforme as considerações acima despendidas e, em seguida, dar continuidade no procedimento licitatório.

Pede deferimento,

Januária/MG, 19 de maio de 2025.

WASHINGTON VASCONCELOS SANTANA

